

O CRISTÃO E A CIDADANIA

Muitos cristãos se omitem em relação a assuntos de ordem política argumentando que Deus é soberano e, portanto, nenhuma autoridade há que não venha dEle, conforme Romanos 13:1. É verdade que Deus está no controle de tudo, mas o texto não diz para sermos passivos e omissos. Omissão é pecado, tanto quanto comissão (Tiago 4:17). Deus sempre usa pessoas para cumprir os Seus propósitos! Nos tempos em que a carta aos romanos foi escrita, o povo não tinha voz e os cristãos muito menos. Estes eram perseguidos, torturados e mortos. A monarquia era a prática predominante dos regimes de governo, na qual o poder político concentrava-se nas mãos de uma única pessoa.

Hoje, no entanto, vivemos uma democracia, um regime onde o povo é chamado a participar da escolha de seus governantes. Se nos é dada essa oportunidade de participar, significa que temos uma responsabilidade a exercer. Se nos omitirmos, certamente responderemos perante Deus. Escolher os governantes é exercer não só o direito, mas, principalmente, o dever social.

Cidadania é responsabilidade

“Cidadania” significa “o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais”. Muitos usam o argumento de Filipenses 3:20 para justificarem sua alienação política. Usar esse argumento é distorcer o texto. O fato de sermos cidadãos do céu não significa que não somos cidadãos deste mundo. Na verdade, por enquanto, temos “dupla cidadania”. O que Paulo estava dizendo é que não devemos colocar nossa expectativa de realização da vida no sistema deste mundo corrompido, pois no contexto ele se refere a pessoas que vivem para si mesmas e só pensam nas coisas terrenas. Na mesma carta o apóstolo diz que devemos exercer nossa cidadania de maneira digna do evangelho (Filipenses 1:27).

Portanto, o exercício da cidadania é responsabilidade do cristão, e ele deve fazê-lo de acordo com o evangelho, de acordo com os princípios e valores que agora fazem parte do seu estilo de vida, ou seja, com a postura do próprio Cristo que vive nele. O que Jesus faria? Quem Ele escolheria para governar? Deus nos deu a liberdade de escolha em todos os aspectos da vida. Qual o critério que um cristão usa para fazer escolhas certas? É dessa maneira que ele agirá em relação à escolha de seus governantes.

Qual o critério para uma melhor escolha?

Todo cristão segue um critério em suas decisões da vida. Ele pensa, fala e age por princípios, e não por circunstâncias, conveniências, sentimentos, preferências, egoísmo,

ou qualquer outro fator meramente humano. Princípios determinam valores, valores determinam as escolhas. Todo princípio nasce em Deus. Por quê? Porque Ele é o Criador, o único que pode principiar, estabelecer leis e padrões. O ser humano não pode estabelecer princípios, pelo simples fato de que ele não é criador, é criatura. Portanto, toda a pretensão humana em formar paradigmas de pensamento e comportamento sempre foi e será frustrada. Serão falsos princípios. Quem não teme a Deus fará escolhas baseadas em suas próprias ideias; suas escolhas não terão bases (Salmos 11:3).

Onde estão revelados os princípios? Na Bíblia, a palavra de Deus. Por isso Jesus Se torna nossa referência, porquanto Ele é a palavra que Se fez carne (João 1:14). É óbvio, portanto, que um cristão não escolherá para seu governante alguém que não considera Deus e Seus princípios. Seus valores são construídos em princípios; como cometeria a estupidez de agir contra os seus valores? Por outro lado, ele tem a claríssima consciência de que sua expectativa não está na política, muito menos nos governantes, em sua maioria sedentos de poder e dinheiro e comprometidos com ideologias malignas.

Mas, então, por que o cristão escolhe governantes tementes a Deus? Porque ele quer impor seus padrões de pensamento e comportamento cristão a toda a sociedade? Bom, se fosse assim, já não seria mais cristão, pois Cristo nunca impôs coisa alguma (João 6:15; 18:36). O cristão assim age porque quer o melhor para a coletividade. Ele sabe que quebrar princípios traz consequências trágicas a qualquer um. O mal que não quer para si, não quer para ninguém (Salmos 33:12)

O cidadão cristão não busca interesses particulares

Nessa mesma linha de pensamento deve agir um cristão que ocupa um cargo público, seja governando, legislando ou julgando. Seu objetivo é servir a sociedade como um todo, e não privilegiar cristãos, como também qualquer outro segmento da sociedade. Ele é um representante de todos, e não de alguns. Os políticos eleitos são servidores públicos que devem prestar contas de suas atividades à sociedade, pois são remunerados pelos impostos de todos. Nenhum deles tem o direito de fazer o que quiser, buscar privilégios, legislar em causa própria ou partidária. Eles devem buscar o bem comum (Filipenses 2:4).

Por isso, quando um cristão escolhe um candidato, ele não o fará com o foco em si mesmo, mas naquilo que traz benefício à coletividade. E o servidor público cristão que ocupa um cargo eleito pelo povo, não privilegia cristãos, nem usa sua influência política para tratar de maneira diferenciada alguns; ele é ético, e faz o que é correto fazer com todos, sem distinção de classe, religião, raça, etc.